



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DA CIDADE **JOVENTINO SILVA EM SALVADOR/BA**

Álisson de Almeida Alves¹; Janio Laurentino de Jesus Santos²

1.Álisson de Almeida Alves, PVIC/UEFS, GEOGRAFIA, e-mail: alisson.geouefs@gmail.com

2.Janio Laurentino de Jesus Santos, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA, e-mail: jljsantos@uefs.br

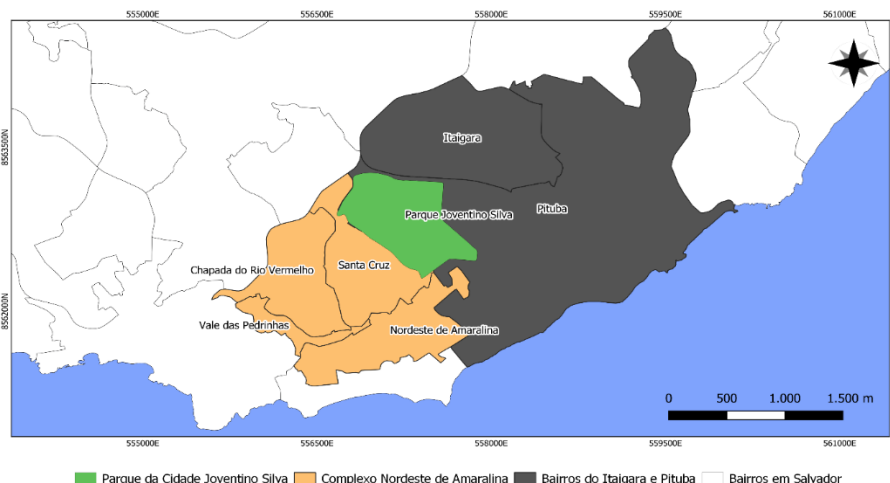
PALAVRAS-CHAVE: Espaço público; Parque da Cidade; Apropriação

INTRODUÇÃO

Imbuídos dentro de um sistema capitalista, os espaços públicos passaram a ser incorporados à lógica da mercadoria e a sua ideia como um espaço acessível e irrestrito a todos perde logicidade, uma vez que poucos se beneficiam do mesmo (Serpa, 2020). As restrições aos espaços públicos contemporâneos se manifestam através de enclaves físicos e simbólicos, o tornando lugares de disputa, que podem ser analisados a partir de dois conceitos chaves: dominação e apropriação. Pensados dentro do escopo capitalista, os parques públicos surgem com o ideal da renovação urbana à medida que contribuem para processos de segregação social.

Salvador comporta hoje 41,8% dos domicílios em aglomerados urbanos (IBGE, 2022), o que a coloca como a terceira capital com maior número de favelas. Entre elas está o Complexo Nordeste de Amaralina, formado pelos bairros Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e Nordeste de Amaralina, com 70.319 habitantes, localizado próximo a bairros “nobres”, como a Pituba e o Itaigara. Entre esses bairros socialmente distintos está o Parque da Cidade Joventino Silva (mapa 1), cuja localização estratégica permite analisar como ocorre a dominação e a apropriação do espaço pelos moradores do Nordeste de Amaralina.

Mapa 1 – Localização do Parque Joventino Silva, entre o Complexo Nordeste de Amaralina, Pituba e Itaigara em Salvador – BA, 2024



Elaboração: Álisson de Almeida Alves (2024)
Base Cartográfica: CONDER (2010)
Sistema de Coordenadas Geográficas: Lat. Long.
Sistema de Referência das Coordenadas: EPSG 31984 - SIRGAS 2000

Realização:



Apoio:



MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Para realização desta investigação foi necessário realizar um levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações e artigos que trouxessem alguma contribuição acerca da temática. Posteriormente, a atividade debruçou-se em atividades de campo no Parque Joventino Silva onde foi possível observar e registrar as formas de uso e apropriação do espaço público. Seguindo, realizou-se cinco entrevistas virtuais com moradores do Complexo do Nordeste de Amaralina a fim de entender as formas de uso e apropriação, assim como, uma entrevista não-estruturada no Parque da Cidade com frequentadores que residiam também no Complexo.

O PARQUE ENQUANTO UM ESPAÇO PÚBLICO

A ideia de público no imaginário popular remete a um espaço aberto para todos, em oposição ao privado. Segundo Laval (2005), essa distinção pode ser compreendida a partir de três dimensões: público versus intimidade, público versus propriedade e público versus particularidade. Mesmo com sua complexidade teórica, público evoca algo visível, acessível e comum a todos. Arendt (2004) define o público como aquilo que pode ser visto e ouvido coletivamente, enquanto Habermas (1973) o compreende como espaço aberto à formação da opinião.

A noção de espaço público deriva desses entendimentos. Para Ferreira (2007), ele não depende necessariamente de uma estrutura física, mas da possibilidade de encontro e confronto entre diferentes vozes. No entanto, Serpa (2020) destaca que a acessibilidade aos espaços públicos não se resume à ausência de barreiras físicas, mas também às simbólicas e culturais, que determinam quem pode ou não ocupá-los. Exemplos históricos reforçam essa ideia: Mendonça (2007) descreve a praça como lugar do encontro e da vida urbana, enquanto Gomes (2013) relata seu uso político e social desde a antiguidade.

Os parques urbanos seguem essa mesma lógica. Scalise (2002) os apresenta como espaços livres destinados ao lazer e à convivência. Macedo e Sakata (2003) ampliam essa definição ao associá-los também à preservação ambiental. Do ponto de vista legal, a Lei nº 9.985/2000 os reconhece como áreas de domínio público voltadas à conservação e ao uso coletivo. Entretanto, Serpa (2020) observa que, historicamente, muitos parques têm sido concebidos como instrumentos de valorização imobiliária, operando mais como vitrines urbanas do que como espaços democráticos.

DO “QUINTAL DE CASA” A “CAMINHO DE PASSAGEM”: TRANSFORMAÇÃO NO USO E APROPRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE PELOS MORADORES DO COMPLEXO NORDESTE DE AMARALINA

A partir de cinco entrevistas realizadas com moradores do Complexo do Nordeste de Amaralina, foram analisadas as práticas de uso e apropriação do Parque da Cidade Joventino Silva, assim como os condicionantes para o uso ou não do espaço. Os participantes, quatro homens e uma mulher, jovens e adultos entre 18 e 26 anos, autodeclarados negros, possuem em sua maioria algum vínculo empregatício e sempre residiram no Complexo. O Parque esteve presente na infância dos entrevistados como espaço de lazer, atividades culturais e ensaios de teatro, embora atualmente seja mais utilizado como caminho de passagem para outros locais da cidade.

O Parque assume, portanto, uma dupla função para os entrevistados, funcionando ora como espaço de lazer — um “quintal de casa” — ora como caminho de passagem, principalmente para o trabalho. O tempo e o trabalho surgem como condicionantes centrais para o não uso do Parque como espaço de lazer, sobretudo para aqueles com renda mensal de até dois salários-mínimos. Conforme Rosa (2022), aqueles que por rotina

exaustiva de trabalho não desfrutam de tempo para o lazer acabam se ausentando dos espaços públicos ou só se apropriam deles por finalidade de trabalho.

Além do fator tempo, a disparidade na infraestrutura entre a parte próxima ao Complexo e a parte do Itaigara influencia diretamente os usos e apropriações: áreas próximas à Santa Cruz apresentam menor cuidado e menos atrativos, enquanto a área do Itaigara é melhor conservada e equipada. A ausência do poder público, que pode operar como prática intencional, contribui para que os moradores do Complexo não utilizem plenamente o espaço, evidenciando práticas de dominação (Sobarzo, 2006). Situações de discriminação, olhares estranhos e abordagens de guardas reforçam ainda mais essas limitações, ao mesmo tempo que os moradores continuam utilizando o Parque em sua área próxima ao bairro, demonstrando resistência e apropriação cotidiana.

Mesmo sem infraestrutura completa, a área próxima ao Complexo permite atividades diversas, como jogos de futebol, piqueniques, reuniões religiosas e festas, como demonstrado na figura 1, conferindo ao espaço práticas de apropriação e resistência social (Ribeiro, 2018). O uso cotidiano, mesmo que limitado à passagem, ainda representa apropriação, subvertendo o ideal original do Parque como espaço exclusivo de lazer. A apropriação pode ocorrer de maneira não intencional, refletindo a ideia de que práticas cotidianas ordinárias também constituem apropriação espacial.

Dessa forma, o Parque da Cidade assume um duplo significado para os moradores do Complexo: lugar de afeto e lazer na infância e, atualmente, também um caminho de passagem, condicionado pelo trabalho e pela organização desigual do espaço pelo poder público. O espaço permanece importante para o bairro, mas transformado por usos distintos, simbolizando tanto a resistência quanto as limitações impostas aos moradores do Complexo Nordeste de Amaralina. As práticas cotidianas dos moradores reafirmam a centralidade do corpo e da experiência vivida na apropriação espacial.

Figura 09 – Espaço aberto sem presença de quaisquer equipamentos públicos próxima a entrada do Parque da Cidade pelo bairro da Santa Cruz usado e apropriado pelos usuários, Salvador, 2024.



Fonte: Acervo pessoal, Álisson de Almeida Alves

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Discussões sobre espaço público na Geografia revelam um vasto campo de investigação, sobretudo ao analisar práticas socioespaciais que expõem desigualdades, resistência e mecanismos de cerceamento, como dominação e apropriação, sendo o Parque da Cidade, em Salvador, um exemplo concreto. A pesquisa considerou a diversidade de sujeitos em termos de idade, gênero e raça, ainda que apenas o indicador

de idade tenha apresentado pluralidade, sem prejuízo qualitativo, sugerindo novas agendas de investigação. Observou-se que a acessibilidade aos espaços públicos é simbólica, atravessada por entraves físicos e culturais, refletindo uma lógica capitalista que transforma o espaço em “vitrine”. Ao analisar a proximidade do Parque com o Complexo do Nordeste de Amaralina, identificou-se que a apropriação se dá pelo cotidiano, não necessariamente de forma intencional, sendo o corpo e a experiência vivida centrais nesse processo. Apesar da redução no uso do Parque como espaço de lazer, sobretudo devido à falta de infraestrutura e ao tempo disponível, os moradores ainda o utilizam reconhecendo-o como espaço público de lazer, o que evidencia como a apropriação se manifesta espacialmente e socialmente.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.
- FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 21 de jul. 2024.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.
- HABERMAS, Jurgen. **La esfera de lo público**. Tradução de Francisco Gálvan Diaz. Editorial Shurkam, Frankfurt, Main, 1973.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25, p. 33-44, 2005.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques urbanos no Brasil = Brazilian urban parks, **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 7-24, 2010. (Coleção Quapá).
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 122-132, jun. 2007.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, Ana Fani. et al. (orgs). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 53-64.
- ROSA, Crislane Palma da Silva. **“Beije sua preta em praça pública”**: da apropriação do corpo à apropriação do espaço. 2022. 373 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Salvador, 2022.
- SCALISE, Walnyce. Parque urbanos – Evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v4, n. 1, p. 17-24, 2002.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.
- SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.19, p. 93 - 111, 2006.